

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

# Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## UNIDADE E ORGANIZAÇÃO

### FACTORES DECISIVOS NA CAMPANHA ELEITORAL QUE SE AVIZINHA

A via para o derrubamento do fascismo, será o levantamento nacional. Mas este não se decreta, não se pode marcar com antecedência, não surge do nada. O levantamento nacional processa-se através das pequenas e das grandes lutas de todo o tipo — económico, social e político. O levantamento nacional surge quando, não apenas uma parte da população, já hoje muito importante e numerosa, mas a sua grande maioria, se levantar simultaneamente, dispondo-se a agir e a lutar até às últimas consequências. O seu processamento não é espontâneo, não se verifica a frio. Ele vem através da organização e da unidade na luta. Para apressá-lo, não devemos desperdiçar nenhuma oportunidade, não devemos poupar esforços para trazer à luta um número sempre crescente de portugueses.

Neste ano de 1965, a que Salazar chama «crucial», vão realizar-se «eleições» para a Assembleia Nacional e proceder-se à nomeação do Presidente da República.

As eleições em Portugal, depois do golpe de estado em 1926, nunca passaram duma mascarada, mas, mesmo assim, representam uma importante vitória da oposição desde que, por pressão das massas e das forças democráticas, em 1945 Salazar as teve de admitir.

As grandes batalhas eleitorais de 1949, 1951 e sobretudo de 1958, à volta da Presidência da República, mostraram a Salazar que, apesar de todas as limitações e ilegalidades de que fazia rodear as «eleições» fascistas, elas vinham a tornar-se num perigo crescente para a continuidade do regime. Foi por medo às acções de massas desenvolvidas em volta das «eleições» presidenciais que ele resolveu alterar a forma de eleição, tornando esta numa fantochada para a designação em «família» do presidente da República.

Quanto às eleições para deputados não é cedo para começar, e em alguns sectores já se começaram a desenvolver as acções preparatórias para estas «eleições». A experiência de outras campanhas eleitorais para deputados à Assembleia Nacional, como as de 1961, mostra que se os democratas se souberem unir e apresentarem candidaturas em todos os distritos, à volta destes se podem desenvolver poderosas e variadas acções de massas que virão a influir grandemente para fazer evoluir a luta para formas superiores. Para que assim seja, deverá mobilizar-se e trazer-se à luta todos os portugueses objectivamente interessados no derrubamento do fascismo: os operários, os camponeses, os estudantes, os intelectuais, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os militares. Dois factores são impor-

tantes e decisivos para que tal se verifique — a unidade e a organização.

A unidade já hoje existente, expressa organicamente ou verificada nas acções comuns ou convergentes, é garantia de uma boa organização para a campanha eleitoral. Ela deve, porém, reforçar-se e alargar-se mais e mais.

Cabe às organizações já existentes, legais e ilegais, promover a constituição dos organismos capazes de levar por diante a mobilização do povo. Não é cedo para o fazermos. Nem deve ninguém esperar que este ou aquele lhe dê início. É certo que a campanha «eleitoral» não está ainda marcada. Mas cla tanto o pode ser com antecedência como apressadamente, de forma a não dar à Oposição o tempo suficiente para montar a sua máquina legal de propaganda e de mobilização. Por

isso se impõe que nos preparemos desde já.

Independentemente da constituição de comissões cimeiras ou a par destas, onde a sua constituição seja já possível, formemos imediatamente comissões locais ou concelhias, comissões de operários, de mulheres, de jovens, de camponeses, de estudantes, de intelectuais, de comerciantes, de industriais, de militares. Elaboremos desde já, através dessas comissões, as listas de reivindicações de cada classe ou camada social, as listas de reivindicações regionais e nacionais, que deverão servir de base à elaboração do programa a defender pelos candidatos. Uma boa organização de base é garantia de uma boa organização geral.

Em frente, pela organização imediata de comissões eleitorais por todo o país!

### DECLARAÇÃO DO CAMARADA ÁLVARO CUNHAL SOBRE A ACTUAL SITUAÇÃO NA ARGÉLIA

Nós, comunistas portugueses que há longos anos lutamos contra uma ditadura fascista e apoiamos a luta dos povos submetidos ao jugo colonial sempre manifestámos a nossa solidariedade para com a luta heroica do povo argelino nos anos da guerra nacional libertadora. Saudamos com entusiasmo a sua vitória histórica conquistando a independência nacional e encaminhando a vida política do país no sentido democrático.

Para nós portugueses a vitória do povo argelino, teve particular significado. A Argélia democrática e independente manifestou corajosamente a sua solidariedade para com o povo português, vítima do fascismo, e para com os povos das colónias portuguesas vítimas da sua opressão colonial.

Na Argélia, os anti-fascistas portugueses receberam nos últimos anos hospitalidade e auxílio fraternais. Temos uma grande dívida de gratidão para com o povo argelino e nunca a esqueceremos.

Por tudo isto, os recentes acontecimentos na Argélia são de molde a causar no espírito de todos os democratas portugueses as mais vivas inquietações. Inquieta-nos o curso que pode tomar a vida política dum povo amigo;

inquieta-nos a sorte pessoal de homens que mostraram activamente a sua amizade e solidariedade para com o nosso povo; inquieta-nos a eventual evolução das relações entre a Argélia e as forças anti-fascistas portuguesas.

Do coração desejamos que o povo argelino resolva e supere as suas dificuldades presentes, consolidando a independência nacional e prosseguindo num terreno democrático a luta contra a opressão capitalista. Do coração desejamos que os laços estabelecidos nos últimos anos entre o povo português e o povo argelino se mantenham e reforcem.

### SALVEMOS OS PRESOS POLÍTICOS

Depois da Manuel Rodrigues da Silva, Manuel Guedes, Maria da Piedade, Aida Magro, Aida Paulo, Cândida Ventura, Ivone Lourenço, Luísa Paulo, Maria Luísa Dias Soares, etc, o movimento dos portugueses de coração e de todos os anti-fascistas, apoiado pelos democratas de todo o mundo em luta pela libertação dos presos políticos portugueses alcançou agora a libertação da Dr.ª Julieta Gândara.

Em Frente pela libertação de José Vitoriano!

Na cadeia de Caxias, encontra-se em estado grave com um processo infeccioso evolutivo na coluna vertebral o patriota e democrata José Rolim. A sua única possibilidade de cura está em ser operado na Alemanha. José Rolim terminou em Novembro de 1963 a pena a que foi condenado, encontrando-se agora em «medidas de segurança». Há que exigir que lhe seja feito o tratamento adequado, antes que a sua doença se torne incurável.

Lutemos pela Amnistia!

## NA POLÍCIA NÃO SE FALA!

### OS VERDADEIROS COMUNISTAS NÃO SE VERGAM PERANTE O INIMIGO

A experiência mostra cada vez com mais nitidez que não há torturas, métodos científicos, psicológicos ou quaisquer outros que possam obrigar a falar quem está firmemente decidido a não o fazer. Que assim é provam-no centenas de combatentes dos mais destacados aos mais simples. Provou-o mais uma vez António dos Santos Graça, natural de Torres Novas, dedicado militante do Partido.

Preso em Abril de 1964, foi há pouco julgado e condenado a prisão perpétua através das celeradas medidas de segurança. Demonstrando a mesma coragem que havia demonstrado perante os assassinos da PIDE, António Graça quando estava a ser julgado, transformou-se de acusado em acusado. Desmascarando as brutalidades policiais disse em certa altura: «Sou um jovem que fez os 25 anos na cadeia. Durante 3 meses e 21 dias sofri bárbaros espancamentos. O agente Tinoco para me obrigar a levantar do chão, deu-me choques eléctricos com um agulhão. O próprio director da PIDE me calçou a pés em cima do estomago. Fui atraído ao ar caindo desamparado no chão. Meteram-me num segredo em Caxias sem luz, sem colchão, quase sem alimentos». E como o juiz o interrompe para declarar: «isso não me interessa». Mantendo a mesma calma e firmeza A. Graça lembra ao juiz «que é seu dever interessar-se pelos crimes da PIDE pois só aos fascistas este problema não interessa», fazendo em seguida o elogio da grande União Soviética e do seu regime, onde os «trabalhadores e todo o povo gozam da mais ampla liberdade». Apesar de obrigado a calar-se lembrou ainda aos juizes fascistas e aos agentes da PIDE presentes «que não vem longe o dia em que serão os fascistas a sentar-se no banco dos réus».

O comportamento do camarada António Graça sujeito durante longos dias e noites à tortura do sono, a espancamentos selváticos e a outras torturas, é bem a comprovação de que, quando se é um verdadeiro comunista, quando o sentido da honra e do dever são autênticos e não pura ficção, não há maus tratos, métodos ou processos que obriguem a falar quem o não quer fazer. Este é o caminho da honra, o caminho dos comunistas.





# A REPRESSÃO NÃO SALVARÁ O REGIME!

## LUTA-SE NAS RUAS

CONTRA AS PRISÕES, OS CRIMES E ARBITRARIEDADES

Porque a luta do povo português se agudiza, alargando cada vez mais o fossó que separa o governo fascista de Salazar da grande massa da população, o governo recorre à intensificação diária da repressão.

As prisões são aos milhares e com frequência feitas em massa. Os julgamentos nos Tribunais Plenários são constantes. As torturas e os vexames aumentam de violência e de requinte, sem olhar já a sexo ou a idade. Os assassínatos, que antes eram cometidos pela calada da noite nos antros da PIDE ou no Tarrafal, passaram a processar-se em plena rua, dentro e fora das fronteiras (Dias Coelho em Lisboa, General Delgado em Badajoz, etc.

600 ANOS DE CONDENAÇÕES EM 1964!

2.111 NOS ÚLTIMOS 5 ANOS!

Um balanço, ainda que incompleto, da actividade dos tribunais fascistas no ano de 1964 revela terem sido aplicadas penas que ultrapassam 6 séculos! É a actividade desses tribunais nos últimos 5 anos (1960-1964) revelada-se nos seguintes números:

129 julgamentos e 698 pessoas julgadas; condenações a pena maior — 215, com o total de 1.042 anos de cadeia; condenações a pena correcional — 360, com um total de 451 anos. Entre os condenados, 206 têm « medidas de segurança » de, pelo menos, 5 anos de cadeia, ou seja, mais 618 anos, o que prefaz a espantosa soma de 2.111 anos de condenações!

Estas são as condenações « oficiais », porque além dessas, conta-se por centenas os portugueses que passam meses e anos nas cadeias fascistas e não são leva-

dos a julgamento. Somam dezenas, muitas dezenas, os patriotas que, à sombra das famigeradas « medidas de segurança », vão para além dos simples 5 anos que contamos aqui. Assim, se se pudesse contar tudo o que consta de dias, meses e anos de prisão, o número de 2.111 anos ficaria muito esbatido.

Os sofrimentos inauditos que a repressão causa ao povo português, voltam-se cada vez mais contra aqueles que os promovem e executam. A violência da repressão vai esclarecendo o povo quanto ao carácter terrorista e assassino do regime, e ao tipo de luta que é necessário travar contra ele. Daí que se assista à intensificação dessa luta em centenas de acções de que daremos a seguir algumas das mais importantes:

## Manifestações de rua

Verifica-se que o povo se manifesta progressivamente nas ruas contra a repressão. Assim o fizeram os estudantes desde o julgamento do seu colega Saldanha Sanches, em que, depois de terem enchido o Tribunal Plenário, se manifestaram no Rossio contra a repressão e pela amnistia; assim o fizeram os assalariados agrícolas de Alpiarça fazendo greve e manifestando-se na rua contra o assassinato do general Humberto Delgado; assim o fizeram de novo os estudantes

em várias ocasiões e sobretudo diante do Aljube pela libertação dos seus colegas presos, e na Feira do Livro (26 de Maio) pela reabertura da Sociedade Portuguesa de Escritores e libertação dos escritores presos; acompanhados de gritos de « Abaixo a PIDE »; fizeram-no ainda muitos intelectuais, escritores e artistas, desfilaro na rua ao som do Hino Nacional depois de terem vitoriado a Sociedade Portuguesa de Escritores no final duma conferência dedicada a Aquilino Ribeiro.

## Abaixo-assinados e protestos

### Luto nacional a 8 de Junho

Os abaixo-assinados a propósito do vil assassinato do general Delgado, têm-se sucedido: às primeiras notícias foi o Secretariado de Lisboa do Movimento da Acção Democrático-Social que se dirigiu ao governo pedindo para se inquerir das condições da morte do general, depois das declarações provocatórias do pido Henrique Cerqueira (Marrocos, atribuindo o crime a democratas, um grande grupo de democratas do Norte repudiou-as por considerarem que elas « ofendem a dignidade da Oposição Portuguesa »; uma centena de democratas de Braga, Guimarães, Porto, Viana do Castelo, etc. enviou uma carta à viúva condenando vivamente o crime e apoiando-a em todas as acções que viessem a esclarecê-lo; e

muitos e muitos mais protestos, cartas, telegramas às autoridades assim como abaixo-assinados com centenas de assinaturas exigindo ao governo de Salazar que sejam publicados os inquéritos das autoridades espanholas e dos advogados nomeados pelos Juristas Democráticos, dado que mesmo em Espanha 400 intelectuais espanhóis dirigiram-se à ONU pondo em dúvida a seriedade do inquérito franquista. No mesmo espírito se dirigiram à ONU o professor Ruy Luís Gomes e outros democratas.

Ultimamente a viúva do general recebeu o apoio massivo dos democratas para a sua recusa às condições aviltantes postas pelos fascistas para lhe deixarem enterar o corpo do grande patriota

na terra portuguesa. O povo português exige que o corpo do « general sem medo » venha para Portugal e lhe possam ser prestadas todas as honras a que tem direito. Uma primeira homenagem nacional lhe prestou já o povo anónimo pondo sinais de luto no dia 8 de Junho, ao apelo das antigas comissões da candidatura do general Delgado.

## Contra a extinção da S. P. de Escritores

Já falámos da manifestação da Feira do Livro em Lisboa e da que se realizou dentro e fora da Casa da Imprensa aquando da Conferência sobre Aquilino Ribeiro. À parte 9 ou 10 escritores, encabeçados por Joaquim Paços d'Arcos e Luis Forjaz Trigueiros (ambos com interesses colonialistas em África) todos os escritores portugueses protestaram já contra a extinção da S.P.E.

Só num abaixo-assinado ao fascista Galvão Teles seguiram as assinaturas de 220 escritores! Nele « exprimem a sua veemente repulsa pelo atentado à liberdade do espírito patente na campanha tendenciosa empreendida contra a S.P.E., solicitam a reabertura da mesma e exigem « um inquérito rigoroso sobre os desacatos praticados na sede da S.P.E. por um grupo de indivíduos que deverão ser responsabilizados pelos prejuízos materiais e morais resultantes da sua repugnante acção ».

É sabido que pides e legionários que destruíram tudo o que encontraram na sede da S.P.E. eram comandados pelo chefe da organização terrorista « Os Centuriões » dr. Góis Mota, que no estrangeiro se afirma ser o assassino do general Delgado. É a este terrorista que o povo português julgará um dia e não o patriota e escritor angolano Luandino Vieira.

Dignos, patrióticos, activos, os escritores portugueses continuam a luta pela reabertura da S. P. E. e são apoiados por milhares de intelectuais e democratas, dentro e fora do País, através de abaixo-assinados que trazem assinaturas de alguns homens mundialmente conhecidos. Já obtiveram a libertação dos escritores Pinheiro Torres, Manuel da Fonseca e Augusto Abelaira (do júri que atribuiu o prémio) e hão-de conseguir que a Sociedade de Aquilino e Jaime Cortesão reabra as suas portas.

## Mais acções

Há ainda a registar a acção dos advogados contra as « medidas de segurança » e para que seja aplicada a lei e estejam presentes nos interrogatórios ao lado dos presos que defendem; a eleição pela Ordem dos Médicos duma comissão encarregada de investigar as torturas aplicadas pela PIDE aos presos políticos; os milhares de assinaturas de portugueses que protestaram contra a repressão à Universidade e obrigaram o fascismo a libertar (também pela pressão duma magnífica com-

## Assinemos o apelo da Comissão nacional Pró-Amnistia

Mais de uma centena de personalidades enviou ao Presidente da República um apelo de amnistia em que, a certa altura, se afirma: « Os presos políticos são homens que, de acordo com a sua consciência, lutaram por um ideal. Um ideal não é um delito, a consciência e o pensamento não são crimes ».

Já depois disso, constituiu-se uma Comissão Nacional Pró-Amnistia aos presos políticos portugueses, de que fazem parte Sofia de Mello Breyner Andresen (poetisa), Adelino da Palma Carlos (professor), Jaime Celestino da Costa (professor), José Régio (escritor), Luis Francisco Rebelo (advogado), Raúl Rego (jornalista) e os familiares de presos políticos Alice Sena Lopes, Ângela Pestana, Cândida Lindim Ramos, Flora Magro e Maria Helena Blanqui Teixeira.

Esta Comissão, por sua vez, lançou a todo o país um apelo « para que todos os portugueses sensíveis à violência e desumanidade do regime prisional a que estão submetidos os detidos políticos apoiem a presente exposição, levando assim aos que se encontram presos o calor da nossa simpatia e a esperança numa libertação próxima ».

LUTEMOS PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS, ASSINANDO O APELO DA COMISSÃO NACIONAL PRÓ-AMNISTIA!

FORMEMOS POR TODA A PARTE COMISSÕES PRÓ-AMNISTIA, PARA RECOLHA DE ASSINATURAS!

panha desenvolvida em todo o Mundo) o jovem José Augusto Silva, de 15 anos apenas, que já tivera o infortúnio de ter nascido na prisão onde sua mãe se encontrou por razões políticas; a manifestação de pesar que foi o funeral da companheira do operário de S. João da Madeira, António Santos, morta de dor quando lhe foram prender o marido a casa; a campanha popular contra os colaboradores secretos da FIDE, que obrigou a fechar em Scaevém a barbearia dum «bitor», e a direcção da CUF a reformar um reles «formador» que numa das suas secções a todos acusava de comunistas; as reuniões de centenas de estudantes, nas escolas, contra a repressão que caiu sobre a Universidade em Lisboa e Coimbra; o desmascaramento feito pelos estudantes de Ciências em Lisboa aos polícias nomeados pelo Galvão Teles para dirigirem a Associação Académica e mostrarem « como é que uma Associação deveria trabalhar ao encontro dos interesses dos estudantes » e que afinal recebem de pistole em punho os estudantes no seu gabinete aos gritos de « nem mais um passo, senão aliro! »; a luta dos estudantes de Coimbra contra a expulsão de todas as Universidades portuguesas de 3 colegas seus pelo Senado da Universidade de Coimbra e o apelo da Direcção da Associação Académica de Coimbra para que os estudantes durante as férias se mantenha alerta « sabendo que nada melhor do que o seu desinteresse ou passividade servirá os desígnios da repressão »; e o apoio que cada vez mais os democratas e o povo anónimo dão a todo o anti-fascista que a PIDE pretenda prender, seja ele operário, estudante, militar ou intelectual, de acordo com a palavra de ordem cada vez mais actual e necessária: impedir as prisões é uma forma de luta contra o fascismo.

AMNISTIA

# CONFERÊNCIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS DOS PAÍSES CAPITALISTAS DA EUROPA

## COMUNICADO



Uma conferência dos partidos comunistas dos países capitalistas da Europa realizou-se no Centro Internacional Rogier, em Bruxelas, nos dias 1, 2 e 3 de Junho de 1965.

Ela reuniu, a convite do Partido Comunista da Bélgica, os partidos seguintes:

**Partido Comunista Alemão** — Partido Socialista Unificado da Alemanha (Berlim Oeste) — Partido Comunista da Áustria — Partido Comunista da Bélgica — Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre (A.K.E.L.) — Partido Comunista da Dinamarca — Partido Comunista da Espanha — Partido Comunista da Finlândia — Partido Comunista Francês — Partido Comunista da Grã-Bretanha — Partido Comunista Grego — Partido Comunista da Irlanda (Norte) — Partido dos Trabalhadores Irlandeses (Sul) — Partido Comunista Italiano — Partido Comunista Luxemburguês — Partido Comunista da Noruega — Partido Comunista da Holanda — Partido Comunista Português — Partido Suíço do Trabalho.

A Conferência tinha por fim permitir uma troca de opiniões e de experiências sobre as questões escaldantes da actualidade e de chegar a um certo número de conclusões comuns em vista da acção concertada sobre estes problemas. Uma ordem do dia correspondente a estes objectivos foi adoptada pela conferência ao abrir os seus trabalhos:

1) Exame dos problemas da segurança europeia — luta contra o militarismo alemão, contra a força multilateral (F.M.L.) as forças de dissuasão (forças de frappe) atómicas, atlântica ou europeia e outras variantes de armamento nuclear, por zonas desnuclearizadas, medidas de desarmamento, um sistema de segurança colectiva europeia, etc.

2) Meios de desenvolver a solidariedade com os povos europeus vítimas do fascismo (Espanha e Portugal) ou vítimas de outras formas de repressão (Grécia — República Federal Alemã).

3) Medidas a tomar para reforçar a luta unida dos povos contra a agressão americana no Viet-Nam e a solidariedade com o povo vietnamita, para salvaguarda da paz mundial.

Além disso, ficou combinado dar à situação no Mediterrâneo oriental (Chipre) a atenção que ela merece.

Sobre estes diferentes pontos, estabeleceu-se uma franca e fraternal discussão.

A Conferência condenou a bár-

bara agressão americana ao Viet-Nam, dirigida contra a República Democrática do Vietnam e contra o direito à independência do povo do Viet-Nam do Sul, agressão que, de escalada em escalada, ameaça a paz do mundo. A declaração adoptada sobre estas questões afirma a solidariedade dos Partidos signatários e apela a uma acção unitária duma enorme amplitude.

Foi adoptada uma mensagem de solidariedade ao povo dominicano para denunciar a intervenção dos imperialistas americanos.

A Conferência exprimiu a sua preocupação ante os esforços dos imperialistas americanos, oeste-alemães e outros membros da NATO de lançar a força multilateral (F.M.L.) ou de impôr outras variantes de armamento nuclear, quer se trate de forças de dissuasão (de frappe) atlântica, europeia, nacionais ou da força nuclear atlântica (F.N.A.) proposta pelo governo britânico. De todos estes projectos resulta permitir que a Alemanha Ocidental tenha acesso aos centros do comando das armas nucleares.

Uma ampla informação mútua foi prestada sobre as acções unitárias empreendidas em diversos países pelos Partidos Comunistas, assim como sobre a participação em iniciativas de diferentes forças pacíficas, do Movimento da Paz e de outras forças pacíficas, dos sindicatos, das organizações dos jovens, e de mulheres, etc. Os participantes assinalaram a repercussão crescente destas acções, que já contribuíram para favorecer certas novas tomadas de posição da opinião e até da parte de certos governos.

À política de guerra fria, à divisão do continente europeu e à intervenção americana através da Nato, é possível apresentar uma alternativa conforme aos interesses de todos os povos da Europa e da paz mundial: A SEGURANÇA COLECTIVA EUROPEIA.

Trata-se de estabelecer novas relações entre os povos da Europa inteira na base dos princípios da coexistência pacífica, no respeito dos sistemas sociais e dos interesses nacionais.

É preciso em primeiro lugar — consideraram os participantes — afastar os perigos de explosão normalizando a situação, vinte anos depois do fim da guerra. A Alemanha deve ser desnuclearizada. A R.D.A. deve ser reconhecida. A intangibilidade das fronteiras actuais na Europa deve ser proclamada. Um estatuto de cidade livre e desmilitarizada deve ser

estabelecido para Berlim Oeste. Um tratado de paz com os dois Estados Alemães deve ser concluído.

Nos diversos países, largos sectores tomaram já posição por medidas concretas no sentido do desarmamento gera! e controlado e contribuindo à distensão na Europa: criação de zonas desnuclearizadas e com armamentos limitados na Europa Central, na Escandinávia, no Mediterrâneo, no sul da Europa, dos armamentos existentes em certas regiões, etc. A Conferência prestou igualmente uma grande atenção à luta contra a presença de bases estrangeiras. A este respeito ela exprimiu a sua inquietação perante a situação em Chipre e adoptou uma mensagem reafirmando a exigência da retirada de todas as tropas estrangeiras, da cessação de toda a intervenção estrangeira e o direito do povo cipriota à auto-determinação.

A crise profunda dos pactos militares do imperialismo e a agudização das contradições no seio da NATO ao aproximar-se a data da expiração deste Pacto agressivo, em 1969, testemunham as possibilidades de fazer prevalecer um sistema de segurança colectiva europeia. Os participantes consideraram que a conclusão de um tratado de não-agressão entre os membros da NATO e do Tratado de Varsóvia constituiria um passo de enorme alcance nesta direcção. Expressaram a sua vontade de lutar para que se desenvolvessem os intercâmbios económicos, culturais, as relações em todos os planos entre todos os povos do continente.]

A Conferência procedeu igualmente a uma troca de ideias sobre as possibilidades de reforçar a luta comum e promover a unidade de acção operária e a união de forças democráticas na luta contra a dissiminação de armas nucleares, pelo desarmamento, pela segurança europeia e a amizade dos povos.

Os debates da Conferência sobre o reforço da solidariedade em favor dos povos vítimas do fascismo e do arbitrário permitiram contactar que foram obtidos importantes sucessos. Esta é a prova do fracasso a que o terror pode ser condenado. Este mérito pertence em primeiro lugar aos povos interessados. É também o testemunho da importância da solidariedade internacional. Os participantes salientaram que esta é um dever de internacionalismo proletário, enquanto que cada derrota das forças da reacção e de repressão é um passo em fren-

te para a causa da democracia e do progresso para todos.

A discussão mostrou que nas condições próprias e cada um dos problemas postos e a cada país, revelam as possibilidades muito grandes de acção única.

Em virtude de tradições históricas, as forças operárias e democráticas encontram sempre na causa da liberdade do povo espanhol, um terreno de coope acção. A luta anti-frenquista tomou rova empiidão com a multiplicação de vastas acções de massa dos operários, dos camponeses, dos estudantes, dos meios de cultura. Para a solidariedade do povo espanhol, comunistas, socialistas, cristãos, sindicatos operários e outros democratas encontram-se em iniciativas comuns nos seus países e à escala internacional como aconteceu com a recente conferência de Londres. Os participantes afirmaram a vontade dos Partidos comunistas de contribuir para o sucesso das iniciativas tomadas pcr esta conferência unitária, contra a repressão, pela amnistia de todos os presos e emigrados políticos, para o restabelecimento das liberdades sindicais. A Conferência deu a melhor importância ao apoio a prestar ao povo espanhol na sua luta pela liberdade e democracia.

É necessário fazer com que sejam largamente conhecidas as condições dramáticas em que o povo português deve prosseguir a sua luta depois de 30 anos de fascismo. Esta luta cresce sem cessar, mobilizando forças novas em todas as camadas da população e colocando a ditadura de Salazar diante de dificuldades crescentes. Alguns resultados foram obtidos com a libertação de certos presos, mas a repressão arbitrária e as torturas continuam. Para protestar particularmente contra as guerras coloniais travadas contra o direito à independência dos povos de Angola, de Moçambique e da Guiné dita portuguesa, um movimento afirma-se nas forças armadas. Proclamando a sua solidariedade ao povo português, a Conferência exprime o seu pleno apoio às forças de libertação dos povos das colónias portuguesas.

A luta enérgica do povo grego derribou o regime neo-fascista de Caramanlis e impôs uma melhoria da situação. Entretanto, algumas formas de repressão prosseguem, as leis de excepção não foram abolidas. Funcionários e antigos presos políticos, são privados dos seus direitos políticos, um grande número de refugiados não é autorizado a regressar à sua pátria, democratas continuam presos. A Conferência apoia a legítima exigência do regresso do Partido Comunista Grego à legalidade, o que será uma expressão da vitória da democracia.

O restabelecimento da legalidade do valente Partido Comunista Alemão, proibido desde 1956, é uma reivindicação particularmente actual, no momento em que se aproximam as eleições gerais de Setembro próximo na R.F.A. Não se pode tratar duma consulta realmente democrática quando as ideias do comunismo, que desempenham um tão grande papel na nossa época, são interditas na sua difusão e participação nas eleições. A Conferência, ao apoiar o regresso do P.C.A. à legalidade, congratula-se que esta ideia seja perilhada por largos meios na R.F.A. Pede também que todas as forças democráticas e da paz alemãs tenham o direito de poderem organizar-se livremente, e o fim de todas as perseguições.

No decurso dos debates da Conferência, foi evocada por vários partidos a possibilidade de se proceder, num futuro próximo, a um novo encontro dos partidos comunistas dos países capitalistas.

Os participantes à Conferência, congratulando-se com a sua realização, e com os pontos de acordo a que os trabalhos chegaram quiserem vincar o seu desejo de reforçar incessantemente a unidade de acção dos Partidos irmãos no interesse da classe operária e dos povos de cada país, como do conjunto do movimento comunista e operário.

Bruxelas, 3 de Junho de 1965

### MENSAGEM AO POVO DA REPÚBLICA DOMINICANA

Os representantes de 19 Partidos Comunistas dos países capitalistas da Europa reunidos em Conferência em Bruxelas

— Saúdam o heróico esforço do povo dominicano em luta pela salvaguarda das suas liberdades democráticas essenciais e pelo respeito da independência do seu país

— Condenam a ingerência inadmissível e a sangrenta intervenção militar dos Estados Unidos

destinadas a impor a presença de um governo que lhe seja servil (ou dedicado).

— Negam à O.E.A. (Organização dos Estados Americanos) o direito de se substituir ao povo dominicano para regular os negócios interiores dominicanos.

— Afirmam a sua inteira solidariedade com o povo da República Dominicana para o ajudar a assegurar a livre expressão da vontade

### Telegrama ao Presidente Makários

Nós, representantes de 19 Partidos Comunistas e Operários dos países capitalistas da Europa reunidos em Bruxelas, saudamos a luta heróica de libertação do povo de Chipre contra o imperialismo anglo-americano e seus colaboradores e afirmamos a nossa completa solidariedade com as reivindicações do povo cipriota: fim de toda a intervenção estrangeira, supressão de todas as bases militares estrangeiras, retirada de todas as tropas estrangeiras, o que permitirá ao povo cipriota decidir livremente do seu futuro pelo exercício do seu direito inalienável à auto-determinação.

Bruxelas, 3 de Junho de 1965

Bruxelas, 3 de Junho de 1965

## Apelo de 18 Partidos Comunistas e Operários dos países capitalistas da Europa

A intervenção dos Estados Unidos no Viet-Nam tomou a forma de uma agressão aberta e deliberada.

Ela constitui um atentado directo à independência do povo vietnamita e marca a vontade dos imperialistas se oporem pela força à luta de libertação dos povos.

Ela aviva ao mesmo tempo, por toda a parte, os pontos de tensão e reduz as possibilidades duma política de coexistência pacífica.

Esta política agressiva, que pode conduzir ao desencadeamento duma terceira guerra mundial, provoca um movimento de reprovção que se amplifica. Este movimento já mobilizou importantes forças políticas e sindicais, de intelectuais e de jovens de todas as tendências. Ganhou muitos largos sectores preocupados com as ameaças graves que as actuações do governo americano fazem pesar sobre a paz.

A amplitude do movimento não se encontra todavia à medida do perigo. Um esforço imenso deve ser empreendido para o intensificar e alargar.

Um esforço particular deve ser neste sentido tentado nos países da Europa Ocidental cuja maioria dos governos continua a até aqui a apoiar de facto a política agressiva do imperialismo americano.

Os partidos comunistas dos países capitalistas da Europa que subscrevem este apelo, reunidos em Conferência em Bruxelas:

Saudam a luta heróica do povo vietnamita e reafirmam a sua solidariedade total com a República Democrática do Viet-Nam, o Partido dos Trabalhadores do Viet-Nam e a Frente Nacional de Libertação;

Condenam os actos de guerra e de agressão perpetrados pelas forças americanas contra a República Democrática do Viet-Nam, Estado socialista, soberano e independente;

— denunciam a presença cada vez mais massiva de tropas americanas no Viet-Nam do Sul, e a sua participação em operações militares dirigidas contra as forças da Frente Nacional de Libertação;

— exigem a retirada destas tropas.

Os Partidos desenvolverão a sua acção para dar a esta solidariedade as formas mais concretas e eficazes.

Perante a gravidade da situação e a amplitude das ameaças que pesam sobre a paz, lançam um apelo

a todos os trabalhadores da Europa Ocidental

a todos os homens de cultura, às mulheres e aos jovens

as massas socialistas e cristãs

a todas as forças progressistas e pacíficas.

Dirigem-se duma forma insistente aos trabalhadores e militantes

socialistas, aos Partidos socialistas dos países da Europa Ocidental,

cujas responsabilidades políticas são particularmente importantes, muitas vezes mesmo à escala governamental.

Pedem a todos que participem ao esforço comum e que ajudem

ao desenvolvimento dum movimento de massa irresistível:

— para levar os governos dos países da Europa Ocidental a se dessocializarem da política praticada no Viet-Nam pelos Estados Unidos e a apoiar as iniciativas visando o respeito dos acordos de Genebra;

— para obter a cessação dos bombardeamentos bárdaros e dos actos de agressão contra a República Democrática do Viet-Nam;

— para pôr fim aos actos de intervenção e de guerra dos americanos no Viet-Nam do Sul e obrigá-los a retirar as suas tropas;

— para permitir que o povo do Viet-Nam do Sul exerça livremente o seu direito à independência o que implica o reconhecimento da Frente Nacional de Libertação como representante qualificado do povo do Viet-Nam do Sul;

— para criar as condições que permitam dar uma solução pacífica a todos os problemas do Sudeste asiático.

Semelhante acção não deixará de encorajar as forças que, nos Estados Unidos e em condições difíceis se opõem à política de agressão.

A Paz do mundo está em perigo.

A luta pela Paz e a luta pela independência e liberdade dos povos constituem um todo.

Não há um minuto a perder, um esforço a poupar.

Bruxelas, 3 de Junho de 1965

### A REPRESSÃO

(continuação da 2.ª pág.)

— MANIFESTAÇÕES DE ESTUDANTES CONTRA AS PRISÕES DOS ESCRITORES  
— A LUTA DOS INTELECTUAIS CONTRA A EXTINÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESCRITORES  
— CRESCE O NÚMERO DE PORTUGUESES QUE ASSINA O APELO DE AMNISTIA  
— ANTI-FASCISTAS DE TODOS OS CREDOS POLÍTICOS E RELIGIOSOS EXIGEM EXPLICAÇÕES DO GOVERNO SOBRE O ASSASSINATO DO GENERAL BELGADO  
— AUMENTAM OS CASOS DE LUTA CONTRA OS BUFOS E INFORMADORES  
— ADVOGADOS CONTRA AS INFAMES MEDIDAS DE SEGURANÇA E CONTRA OS INTERROGATORIOS SEM A PRESENÇA DOS DEFENSORES DOS DETIDOS  
— MÉDICOS CONTRA AS TORTURAS SOBRE OS PRESOS POLÍTICOS

### SUCESSOS DOS COMUNISTAS BELGAS NAS ELEIÇÕES

Os comunistas portugueses registam-se com os sucessos alcançados pelo Partido Comunista da Bélgica nas eleições de Maio com as suas listas próprias e com as de unidade das esquerdas. Nessas eleições, em que os socialistas perderam 460.000 votos e os sociais-cristãos perto de 400.000, os comunistas ganharam mais de 60.000 votos, mais um lugar na Câmara de Deputados e mais 2 lugares no Senado. Assim, o P.C.B. junta mais um êxito ao obtido nas últimas eleições cantonais.

## Comunicado comum do P.C. Português e do Partido Comunista Italiano

Uma delegação do Partido Comunista Português, constituída pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário geral do Partido, e Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado do Comité Central, encontrou-se com o camarada Luigi Longo, secretário geral do Partido Comunista Italiano, e entrou em conversações com uma delegação do P.C.I., constituída pelos camaradas Giorgio Amendola, membro do Secretariado e da Direcção do Partido; Renato Sandri, membro do Comité Central; Paolo Diodati, Irma Trevi e outros camaradas da Secção do Estrangeiro do P.C.I., tendo procedido a uma troca de opiniões e de informações.

As duas delegações condenaram expressamente a guerra de agressão conduzida pelo imperialismo americano no Viet-Nam do Sul e contra a República Democrática do Viet-Nam, assim como a intervenção militar dos Estados Unidos contra a República de S. Domingos.

A gravidade da situação internacional coloca perante a classe operária e as forças democráticas da Europa e do mundo inteiro a necessidade de reforçarem a sua acção para cumprirem o seu dever supremo: a luta contra o imperialismo e a defesa da paz mundial.

Os comunistas portugueses e italianos, nas condições diferentes em que trabalham, comprometem-se a estimular a mais larga mobilização popular contra as agressões e intervenções do imperialismo, pela solidariedade com os povos vietnamita e dominicano e com todos os povos que lutam pela sua libertação, para que a paz seja salvaguardada dos graves perigos que a ameaçam.

As duas delegações consideram que é necessário trabalhar para que o movimento comunista e o movimento operário mundial reforcem a sua coesão na luta contra o imperialismo. A unidade do

movimento comunista, na base do marxismo-leninismo, é a melhor garantia da vitória sobre o imperialismo, pela paz, pelo socialismo.

As duas delegações denunciam o regime fascista que oprime Portugal e se avilta com os mais graves delitos ao intensificar a repressão e o terror sobre o povo português e prosseguir a guerra colonial contra os povos de Angola, Guiné e Moçambique.

A derrota e a liquidação do regime de Salazar, membro do Pacto do Atlântico, e a independência das colónias portuguesas são premissas inevitáveis para a construção de uma Europa democrática e para a paz no mundo.

A delegação do P.C.I. exprimiu a sua simpatia fraternal e completa solidariedade aos camaradas portugueses, à sua luta heróica, ao esforço tenaz que empregam para a unidade e entendimento de todas as forças anti-fascistas, para a ligação da Resistência portuguesa aos povos coloniais, ao movimento operário e democrático europeu e internacional.

Os comunistas italianos reafirmam o seu compromisso de apoiar a luta dos comunistas e de todos os anti-fascistas portugueses.

A delegação do P.C.P., exprimiu o seu vivo apreço pela política do P.C.I., pelo esforço de elaboração e de acção política que o P.C.I. emprega para a unidade da classe operária italiana, para o agrupamento de todas as forças democráticas numa plataforma de luta pela renovação do país, por uma política estrangeira de paz, pelo socialismo.

## SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

### Salvemos Jesus Faria!

O estado de saúde do Secretário geral do CC do Partido Comunista da Venezuela agravou-se de tal forma que se teme pela sua vida. Jesus Faria fez 55 anos no dia 27 de Junho e pertence ao P. Comunista há 27 anos, sendo seu secretário geral desde 1951. Já na ditadura de Jimenez esteve 8 anos

preso. Preso de novo em Setembro de 1965, foi levado em estado grave para o hospital central das Forças Armadas, onde o impedem de ser visto por um médico particular.

Escrevamos ao Presidente Leonni e aos seus representantes em Portugal — Embaixada da Venezuela em Lisboa e consulados — exigindo a libertação do camarada Jesus Faria.

### LIBERDADE PARA OS COMUNISTAS INDIANOS PRESOS!

Cresce na Índia o movimento para a libertação dos comunistas presos. A equipa dirigente do Partido do Congresso supôs que os desacordos surgidos entre os comunistas indianos impediriam a luta contra as medidas anti-democráticas e as arbitrariedades do governo. Mas o P. Comunista da Índia condenou a acção governamental e apelou todas as organizações democráticas a lutar contra as prisões. Todos os comunistas se uniram em grandes comícios; também o Congresso Pan-Indiano dos Sindicatos, o P. Revolucionário Socialista, o P. Socialista Unificado protestaram contra as prisões.

Os comunistas portugueses juntam-se a esse vasto movimento, condenam as medidas anti-democráticas governamentais e apelam para a libertação imediata das pessoas ilegalmente presas.

### AJUDEMOS O POVO IRAQUIANO A LIBERTAR OS PRESOS POLÍTICOS

O reinado de sangue em que o golpe fascista que levou ao poder o Partido BAAS lançou o Iraque foi sustido pelo golpe de Estado do presidente Aref. Mas nas prisões ficaram muitos milhares de homens e mulheres. Só na prisão de Nugret el Salam, há mais de 1500! Aref promete há mais de

um ano a sua libertação mas sem que tal aconteça. Certos de que à grande campanha de protesto que se desenrola no Iraque há que juntar a pressão da opinião pública mundial, aqui juntamos a nossa voz para que sejam postos em liberdade os presos políticos iraquianos.